

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 2015
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
4. IMOBILIZADO.....	15
5. FORNECEDORES	16
6. SALÁRIOS E ENCARGOS	16
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
7.1 PATRIMÔNIO SOCIAL	16
7.2 SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	16
8. DOTAÇÕES RECEBIDAS.....	17
9. SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	17
10. DESPESAS DE TREINAMENTOS	17
11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	18
12. CONTINGÊNCIAS.....	18
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18
13.1 GERENCIAMENTO DOS RISCOS FINANCEIROS	18
13.2 GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ.....	19
14. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	19
15. COMPROMISSOS FUTUROS.....	19
16. ISENÇÃO FISCAL	19
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Diretores do
INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES.

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC-TG 1000).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Continuação)

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Continuação)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2017



Paulo Buzzi Filho

Contador- CRC-RJ 071.138/O-5

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	183.872,24	128.368,33
Adiantamentos		38.420,62	29.402,90
Total do circulante		222.292,86	157.771,23
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	745.738,10	824.457,20
Total do não circulante		745.738,10	824.457,20
TOTAL DO ATIVO		968.030,96	982.228,43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES


BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	5	10.725,25	22.089,22
Salários e encargos	6	102.027,61	90.488,05
Impostos a recolher		8.079,52	8.127,60
Total do circulante		120.832,38	120.704,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	7	861.523,56	841.077,79
Superávit (Déficit) do exercício	7	(14.324,98)	20.445,77
		847.198,58	861.523,56
Total do Patrimônio líquido			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		968.030,96	982.228,43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS OPERACIONAIS	8	2.177.209,93	2.153.227,40
		<u>2.177.209,93</u>	<u>2.153.227,40</u>
(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Serviços de terceiros	9	(546.833,17)	(635.227,78)
Despesas de treinamento	10	(653.962,39)	(456.963,35)
Administrativas	11	(905.252,48)	(938.169,75)
Depreciações		(82.019,09)	(99.269,99)
		<u>(2.188.067,13)</u>	<u>(2.129.630,87)</u>
SUPERÁVIT/ DÉFICIT OPERACIONAL		<u>(10.857,20)</u>	<u>23.596,53</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		<u>(3.467,78)</u>	<u>(3.150,76)</u>
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(14.324,98)</u>	<u>20.445,77</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.046.348,13	(205.270,34)	841.077,79
Transferência para o patrimônio social	(205.270,34)	205.270,34	-
Déficit do exercício	-	20.445,77	20.445,77
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	841.077,79	20.445,77	861.523,56
Transferência para o patrimônio social	20.445,77	(20.445,77)	-
Déficit do exercício	-	(14.324,98)	(14.324,98)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	861,523,56	(14.324,98)	847.198,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	2016	2015
Superávit/(Déficit) do exercício	(14.324,98)	20.445,77
Depreciação	82.019,09	99.269,99
Superávit/(Déficit) ajustado	67.694,11	119.715,76
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Redução/(Aumento) nos ativos operacionais		
(Aumento) Redução em direitos realizáveis	(9.017,72)	(29.402,50)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais		
Aumento (Redução) em fornecedores	(11.363,97)	1.607,27
Aumento (Redução) em salários e encargos	11.539,56	(4.664,83)
Aumento (Redução) de impostos a recolher	(48,08)	1.478,91
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	58.803,90	88.734,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(3.299,99)	(4.984,19)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.299,99)	(4.984,19)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.503,91	83.750,42
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128.368,33	44.617,51
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	183.872,24	128.368,33
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.503,91	83.750,42

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, registrado no Registro Público de Pessoa Jurídica em 04 de novembro de 2004, sob o nº 29.133, livro A-373, na cidade de Niterói-RJ, com fins não econômicos e financeiros, tem como objetivo social, contribuir para o desenvolvimento social, educativo e cultural de pessoas das diferentes comunidades onde atua, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como portadores de necessidades especiais.

O Instituto já foi reconhecido no Município de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, como Utilidade Pública. Em 11 de dezembro de 2010, através do processo nº 08071.025763/2009-88 à Administração foi concedida a mesma condição na esfera Federal junto ao Departamento de Justiça, em Brasília.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas Normas e Procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Em 21 de setembro de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a interpretação da ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucro, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012, que está sendo aplicada às demonstrações contábeis da Entidade. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.



Na preparação das demonstrações contábeis foram consideradas estimativas contábeis para registro de certos ativos, passivos e outras transações, bem como o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade na aplicação das políticas contábeis da Entidade. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas em notas nos seus referidos grupos. Portanto, estas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para impostos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a estas estimativas.

O exercício social da Entidade compreende o período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos em bancos, chamada com outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e descobertos bancários.

b) Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo método de custo. As depreciações são calculadas pelo método linear e contabilizadas em função da utilização dos bens, conforme sua vida útil estimada apresentadas abaixo:

	Anos
Edificações	25
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Ferramentas	10
Equipamentos de informática	5

c) Testes de realização dos ativos (Impairment Test):

Ao final de cada exercício social, o imobilizado é revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subseqüentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes:

O ativo circulante e outros ativos não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e) Férias:

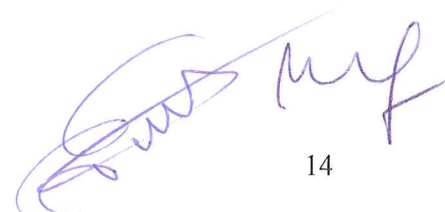
As contas a pagar com as férias foram constituídas com base na remuneração e respectivos encargos sociais incorridos até a data do balanço.

f) Demais passivos circulantes e não circulantes:

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, sendo seu registro realizado separadamente, quando incorrer.

g) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bancos	182.872,24	127.368,33
Numerário em caixa	1.000,00	1.000,00
	<u>183.872,24</u>	<u>128.368,33</u>

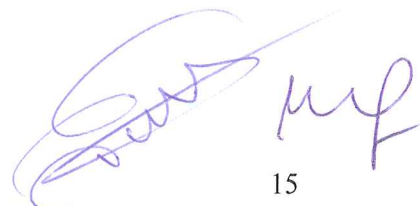
4. IMOBILIZADO

	Taxas			<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	anuais de		Depreciação	Valor	Valor
	depreciação	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		21.000,00	-	21.000,00	21.000,00
Edifícios	4%	1.097.810,01	442.783,37	655.026,64	698.939,04
Instalações	10%	134.265,70	133.931,20	334,50	13.471,40
Móveis e utensílios	10%	207.280,55	156.422,18	50.858,37	66.643,73
Maq. e Equipamentos	10%	11.234,81	7.989,81	3.245,00	692,20
Proc. de dados	20%	82.172,24	72.859,32	9.312,92	14.181,74
Ferramentas	10%	39.275,32	33.314,65	5.960,67	9.529,09
Veículos	20%	68.120,00	68.120,00	-	-
		<u>1.661.161.158,63</u>	<u>915.420,53</u>	<u>745.738,10</u>	<u>824.457,20</u>

i) Terrenos e edificações - Prédio construído para sede social do Instituto, localizado na Rodovia Amaral Peixoto, Km 2,5, bairro Figueira, município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

ii) Veículos - Destinados às atividades sociais do Instituto.

iii) Demais bens – Destinados à treinamentos de jovens inscritos nos cursos e, para uso nos desenvolvimentos dos serviços de pessoal administrativo do Instituto.



5. FORNECEDORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Auto Viação 1001Ltda.	212,38	290,02
Fornecedores diversos	10.512,87	21.799,20
	<u>10.725,25</u>	<u>22.089,22</u>

6. SALÁRIOS E ENCARGOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários a pagar	20.126,92	17.684,10
Férias	68.323,16	59.526,96
INSS a recolher	6.360,39	7.087,35
FGTS a recolher	4.786,47	4.276,89
Outros encargos	2.430,67	1.912,75
	<u>102.027,61</u>	<u>90.488,05</u>

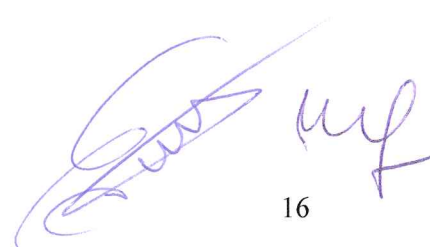
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio líquido incorpora os resultados apurados em cada exercício, aprovados pela Assembléia Geral e as doações de bens patrimoniais.

7.2 SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS

São registrados neste grupo os valores do superávit/déficit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.



8. DOTAÇÕES RECEBIDAS

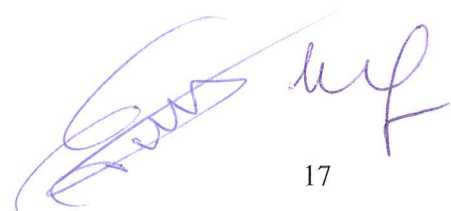
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Auto Viação 1001 Ltda.	1.450.000,00	1.575.000,00
Rápido Macaense Ltda.	120.000,00	135.000,00
Viação Cometa S/A.	150.000,00	55.000,00
Auto Viação Catarinense Ltda.	30.000,00	50.000,00
Expresso do Sul S/A.	80.000,00	50.000,00
Viação Maua S.A	-	26.924,00
Rápido Ribeirão Preto Ltda.	30.000,00	20.000,00
Patrocínio diversos	317.209,93	241.303,00
	<u>2.177.209,93</u>	<u>2.153.227,40</u>

9. SERVIÇOS DE TERCEIROS

São registrados os gastos com serviços de vigilância, de limpeza e conservação, de consultoria, assessoria e pesquisa no montante de R\$ 546.833,17 (R\$ 635.227,78 em 2015).

10. DESPESAS DE TREINAMENTOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ensino	213.612,98	190.281,51
Lanche escolar	121.286,41	123.595,97
Material escolar	60.208,86	54.132,58
Viagens e Estadia	180.625,92	7.361,20
Uniforme	28.551,12	39.184,64
Auxílio educação	34.439,00	34.580,00
Outros	15.238,10	7.827,45
	<u>653.962,39</u>	<u>456.963,35</u>



11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e ordenados	417.352,37	376.562,20
INSS	-	94.622,59
Vale transporte	33.133,11	27.280,10
Assistência médica e social	102.706,34	96.527,83
Férias pagas	47.450,40	53.833,94
13º salário	39.493,01	35.571,61
FGTS	39.301,40	35.933,43
Energia elétrica	53.336,81	55.067,81
Telecomunicações	19.042,81	17.849,42
Alugueis de equipamentos	17.811,72	16.233,40
Manutenções	71.790,33	80.279,03
Outros	63.834,18	48.408,39
	<u>905.252,48</u>	<u>938.169,75</u>

12. CONTINGÊNCIAS

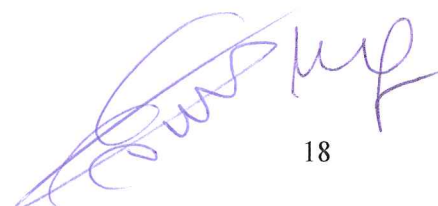
O Instituto não figura como réu em processos trabalhistas, civil e tributário, motivo pelo qual não requer constituição de provisões para essas contingências.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas, o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos, equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados.

13.1 GERENCIAMENTO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Entidade possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.



13.2 GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa o risco de a Entidade enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Entidade monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

14. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total dos diretores e outros membros do pessoal-chave da administração no ano de 2016 (incluindo salários e benefícios) foram de R\$ 220.052,00 (em 2015 foi de R\$ 192.820,00).

15. COMPROMISSOS FUTUROS

A entidade possui os seguintes compromissos futuros:

Vigban empresa de vigilância bancaria comércio ltda. (vigilância) – mês / R\$ 11.225,00

Cael – arquitetura e construções ltda. (limpeza) – até meado do exercício a entidade pagava mensalmente R\$ 9.010,00. A partir dai esses serviços vem sendo realização por funcionário contratados.

Os outros compromissos são irrelevantes dentro da estrutura administrativa do instituto.

16. ISENÇÃO FISCAL

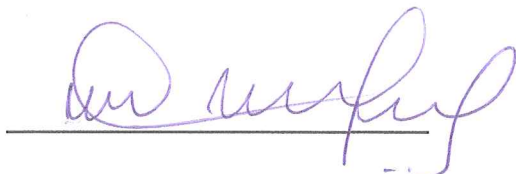
O Instituto JCA é uma organização certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social. A certificação se deu em 24/06/2015 conforme Portaria 74/2015 publicada, em 29/06/2015, no Diário Oficial da União e tem validade até 23/06/2018. A Entidade está classificada como isenta do imposto de renda pela Lei 9.532 de 1997 e das contribuições sociais, de acordo com a Lei 12.101 de 2000.

Desde junho de 2015, O Instituto JCA, está isento de contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e tributários sobre a folha de pagamento e serviços de terceiros.



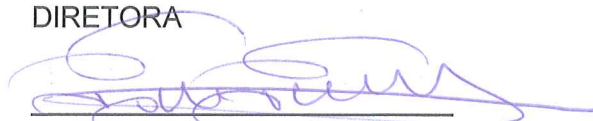
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2017.



MÁRCIA VALERIA GONÇALVES VAZ

DIRETORA



PAULO ROBERTO PERDIGÃO DE ARAUJO

CONTADOR CRC RJ Nº 066.894/O-1

CPF: 401.430.077-34